



POLÍCIA FEDERAL  
COORDENAÇÃO DE INVESTIGAÇÕES E OPERAÇÕES DE CONTRAINTELIGÊNCIA  
- CCINT/CGCINT/DIP/PF

Endereço: Setor Comercial Norte, Quadra 4, Bloco A, Torre B, 2º andar - Asa Norte - Edifício Multibrasil Corporate  
- CEP: 70714-903 - Brasília/DF

**TERMO DE DECLARAÇÕES Nº 687693/2024**  
**2024.0014965-CGCINT/DIP/PF**

No dia 22/02/2024, neste SIP/SR/PF/PR, presença de ALYSSON PINTO COSTA, Delegado de Polícia Federal, que determinou a qualificação dos envolvidos neste ato:

*Investigado:* **FILIPE GARCIA MARTINS PEREIRA**, nacionalidade brasileira, estado civil não informado(a), filho(a) de CLAUDILENE GARCIA PEREIRA e CARLOS ANTONIO MARTINS PEREIRA, nascido(a) em 10/12/1987, natural de Votorantim/SP, Professor, CPF nº [REDACTED] 02, documento de identidade [REDACTED] SP/SP, residente na Rua [REDACTED] e atualmente custodiado no Complexo Médico de Pinhais/PR (CMP).

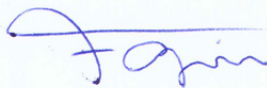
Presentes os(as) advogados(as) **RICARDO SCHEIFFER FERNANDES**, OAB nº 79230/PR (42 [REDACTED]) e **JOAO VINICIUS MANSSUR**, OAB nº 200638/SP ([REDACTED])  
Presente, via telefone, o Agente de Polícia Federal **GERALDINO CASSIMIRO DE ARAÚJO NETO**, Matrícula [REDACTED]

*Concordo em receber citação, notificação e intimação pelos seguintes meios (TCT 109/2021 entre o Conselho Nacional de Justiça e Polícia Federal):*


- E-mail:  Sim ( ) Não - e-mail dos advogados
- Ligação Telefônica:  Sim ( ) Não - Telefone dos advogados
- WhatsApp:  Sim ( ) Não - WhatsApp dos advogados

Cientificado que, caso tenha envolvimento com os fatos criminosos investigados, tem o direito de permanecer em silêncio, de não produzir provas contra si mesmo e de ser assistido por um advogado. Inquirido a respeito dos fatos investigados; **INDAGADO** sobre sua atividade atual, respondeu **QUE** (local, desde quando), respondeu **QUE** é professor, no entanto encontra-se desempregado; **INDAGADO** sobre qual sua fonte de renda, respondeu **QUE** (quanto recebe mensalmente) possui poupanças em conjunto com sua esposa. **INDAGADO** sobre quais cargos no governo ou no âmbito do Partido Liberal exerceu durante o governo do ex-presidente JAIR BOLSONARO, respondeu **QUE** foi Assessor Especial para Assuntos Internacionais durante todo o governo de 2019 a 2022. **INDAGADO** sobre como saiu do Brasil na data de 30/12/2022, respondeu **QUE** a defesa não teve acesso a todos os documentos que deram origem a investigação e por essa razão não possui condições de responder a essa pergunta, mas ressalta

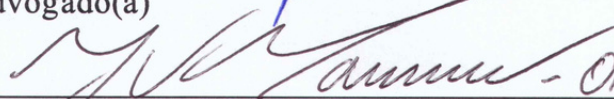
que não saiu do país no dia 30/12/2022. **INDAGADO** sobre o local em que ficou residindo os Estados Unidos da América, após 30/12/2022, respondeu **QUE** a defesa não teve acesso a todos os documentos que deram origem a investigação e por essa razão não possui condições de responder a essa pergunta. **QUE** diante do uso constitucional do silêncio, a autoridade policial determinou o encerramento deste ato; **QUE** dada palavra ao investigado gostaria de consignar que a defesa não teve acesso pleno aos autos, incluindo os documentos que deram origem representação da PGR, da Polícia Federal e da decisão do Ministro Alexandre de Moraes, incluindo eventuais delações do Coronel Mauro Cid e de outros; **QUE** gostaria de consignar que a última vez que saiu do país foi em setembro de 2022 acompanhando o ex-presidente Jair Bolsonaro a Londres no funeral da rainha e em Nova Iorque na Assembleia Geral da ONU no cumprimento dos seus deveres funcionais; **QUE** gostaria de consignar que não poderia ter deixado o país no dia 30/12/2022, já que no dia 31/12/2022 realizou viagem doméstica de Brasília a Curitiba conforme provas apresentada pela defesa junto ao STF e informações disponíveis aos órgãos estatais; **QUE** consigna também que teve acesso a notícias de que estaria em países do exterior, como estados Unidos, Israel e Argentina, mas que isso não procede, pois fixou residência junto a companheira que possui União Estável, em apartamento cedido pelos seus sogros ao longo de 2023 e início de 2024 na cidade de Ponta Grossa/PR; **QUE** destaca que não procede que estava foragido pois o endereço era utilizado pelo declarante para diversas finalidades, como emissão de cartão de crédito constante no cadastro geral, compras e outras informações cuja as evidências e provas também foram apresentadas pela defesa junto ao STF; **QUE** consigna desconhecer núcleo jurídico destinado a elaborar minutas ou material com intuito golpista de subversão ao estado democrático de direito ou com a finalidade de deter ilegalmente qualquer autoridade ou indivíduo; **QUE** consigna também que não participou de qualquer reunião, conversa ou discursão de teor golpista ou subversão ao estado democrático de direito; **QUE** dada a palavra ao defensor, se manifesta no sentido que após devidamente intimado por esta Autoridade Policial com relação ao depoimento do Sr. Felipe Martins para data de hoje, 22/02/2024 às 14:30, apresentou requerimento junto à Autoridade competente para que a defesa tivesse, com fulcro na súmula vinculante nº 14 do STF pelo princípio constitucional da ampla defesa e do devido processo legal, o acesso integral e irrestrito de todos os documentos que foram utilizados para a investigação da respeitosa Polícia Federal, que conseqüentemente originou o relatório e conseqüentemente a manifestação da PGR e também conseqüentemente a Decisão do Exmo. Ministro Dr. Alexandre de Moraes, o qual prolatou decisão determinando a busca e apreensão e a prisão preventiva do Sr. Felipe Martins; **QUE** tal requerimento foi indeferido pelo Ministro Alexandre de Moraes em 20/02/2024, sem contudo dar ciência a Procuradoria Geral da República, ou melhor, dando ciência a Procuradoria Geral da República após a sua decisão de indeferimento; **QUE**, neste momento, encaminhou petição e cópia de tal decisão para o e-mail [REDACTED]. Nada mais havendo, este Termo de Declarações foi lido e, achado conforme, assinado pelos presentes.



Declarante

 OAB/PR 79230

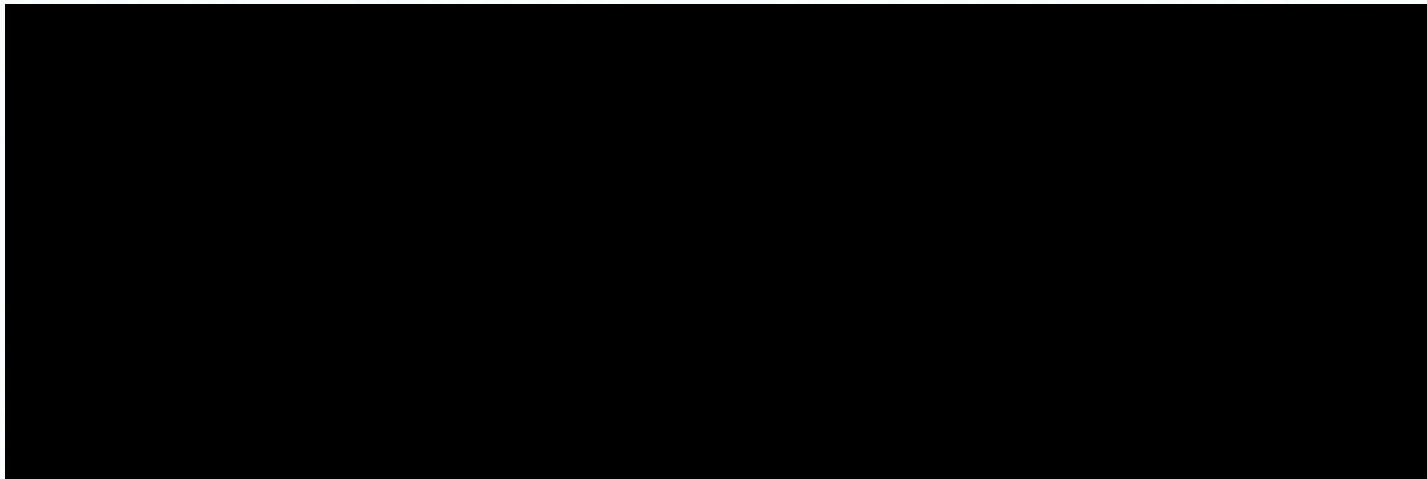
Advogado(a)

 - OAB/SP 200638

Advogado(a)

Documento eletrônico assinado em 22/02/2024, às 15h31, por ALYSSON PINTO COSTA, Delegado de Polícia Federal, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006. A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://servicos.dpf.gov.br/assinatura/app/assinatura>, informando o seguinte código verificador: c3109e460b8b936cbbf075c9cd6a228ebe649e9c

Documento eletrônico assinado em 22/02/2024, às 15h33, por BRUNO DOS SANTOS RODRIGUES DEMARTINI, Escrivão de Polícia Federal, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006. A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://servicos.dpf.gov.br/assinatura/app/assinatura>, informando o seguinte código verificador: d207bcb141b915284b63d9bdf79089909a377778



Autenticado por Escrivão de Polícia Federal, BRUNO DOS SANTOS RODRIGUES DEMARTINI, MATRÍCULA: 17930, em 22/02/2024, às 16:07.